

MINUTA DA ACTA n.º 24/2011

Minuta da Acta da reunião ordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia 2 DE NOVEMBRO DE 2011.

*Aos dois dias do mês de Novembro de 2011, em Vila Real de Santo António, na Sala de Actos da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o Excelentíssimo Vice Presidente da mesma Câmara, **José Carlos Costa Barros**, por ausência do Sr. Presidente, comigo, **Francisco José Leiria Sabino**, Chefe da Divisão de Actividades Económicas, compareceram, pelas 09.05 horas, os Srs. Vereadores **Maria da Conceição Cipriano Cabrita**, **João Manuel Lopes Rodrigues**, **Silvia Duro Lopes Gomes Madeira** e **Jovita de Fátima Romano Ladeira**, a fim de se realizar a reunião a que se refere o artigo 62º. da Lei n.º 169/99, de dezoito de Setembro.*

ABERTURA DA REUNIÃO: - *Verificando-se a presença da maioria dos membros da Câmara Municipal, o Sr. Vice Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:*

- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:**
- **APROVAÇÃO DA ACTA ANTERIOR;**
- **OBRAS MUNICIPAIS: - EMPREITADA "CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE SANTO ANTÓNIO" - DANOS EMERGENTES E LUCROS CESSANTES;**
- **APROVAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA DO PRÉDIO URBANO, DESCRITO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL SOB O N.º 5362/20100608, EM HASTA PÚBLICA;**
- **PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A ASSOCIAÇÃO GUADI - PRESÉPIO 2011;**
- **ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA RELATIVO AO FINANCIAMENTO DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO;**

- PEDIDO DE DIREITO DE PREFERENCIA DO IMÓVEL SITO NA RUA COMBATENTES DA GRANDE GUERRA, Nº 2 R/C DTº EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - BAROMETRO-MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA - SITE CASA PRONTA;
- PEDIDO DE EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERENCIA REFERENTE A IMÓVEL SITO NA RUA 25 DE ABRIL, Nº 19 EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - DANIEL DUQUE MARQUES;
- TABELA DE PREÇOS PARA O PAVILHÃO DE VILA NOVA DE CACELA;
- PRORROGAÇÃO DO CONTRATO – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL CELEBRADO SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - ALTERAÇÃO DA FICHA DOS APOIOS A CONCEDER;
- COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA INTERNAMENTO EM COMUNIDADES TERAPÊUTICAS DOS MUNICÍPES CUSTÓDIO ANDRADE REIS MARTINS E JOSÉ MARIA RICARDO F. DOMINGUES;
- ATRIBUIÇÃO DE REFORÇO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA BAIXA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – CENTRO DE ATENÇÕES;
- FIXAÇÃO DE PREÇO DE VENDA DO LIVRO “À DEFESA DA VILA REAL” DA AUTORIA DE ANTÓNIO PEREIRA DA COSTA;
- RELATÓRIO AMBIENTAL DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PLANO DE GESTÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS QUE INTEGRAM A REGIÃO HIDROGRÁFICA DAS RIBEIRAS DO ALGARVE;
- PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

FALTAS: - Verificou-se as ausências do Sr. Presidente, Luís Filipe Soromenho Gomes, por se encontrar em serviço da Autarquia, e do Sr. Vereador Francisco José Cristo da Palma, por motivos profissionais, face ao que a Câmara deliberou, por unanimidade, considerar justificadas as respectivas faltas.

BALANCETE: - Foi presente o Mapa Resumo Diário da Tesouraria do dia 31 de Outubro de 2011, apresentando um saldo de 3.801.893,67 € (três milhões oitocentos e um mil, oitocentos e noventa e três euros e sessenta e sete cêntimos).

PROCESSO RETIRADO: A Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita retirou a Proposta referente à TABELA DE PREÇOS PARA O PAVILHÃO DE VILA NOVA DE CACELA, para alteração.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

Pelo Sr. Vereador João Rodrigues foi proposto a inclusão da seguinte Proposta:

PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO DE MARIA LUISA RAMOS VICENTE TENÓRIO

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aceitar a inclusão da Proposta.

A Sra. Vereadora Jovita Ladeira solicitou que lhe fosse facultada uma listagem dos funcionários da SGU com contrato a termo certo e a contrato, discriminando as remunerações e data de entrada.

A Sra. Vereadora Jovita Ladeira registou as seguintes notas:

Felicitou a Câmara Municipal pelo galardão recebido “Autarquia Familiarmente Responsável “ que conjuntamente com as Câmaras de Faro e Tavira receberam a distinção pelas políticas de família adoptadas em diferentes áreas.

Referiu ainda da particularidade de Vila Real de Santo António conjuntamente com Tavira terem recebido este galardão pelo 3º Ano consecutivo, razão pela qual receberam uma distinção especial.

Assinalou o aumento de tempo médio de pagamento aos fornecedores. A Vereadora frisou da apreensão do PS por se ter verificado um aumento de 140%, nos últimos dois anos, no prazo médio de pagamento a fornecedores referindo que é um sinal dos problemas financeiros porque passa o Município em razão de uma gestão desastrosa e esbanjadora dos recursos financeiros do Município.

No Algarve, Vila Real de Santo António só é superado no tempo médio de demora de pagamento aos fornecedores por Faro e Portimão e ocupa a 31ª posição de entre os Municípios Portugueses que mais demora no pagamento aos fornecedores.

O tempo médio de demora de pagamento aos fornecedores é hoje de 281 dias contra os 117 dias de 2009.

O PS preocupa-se com o impacto negativo desta conduta nas Pequenas e Médias Empresas com relações comerciais com a Câmara.

Pediú novamente que lhe fosse facultado o Plano de Contenção Financeiro do Município, devendo ser anexo o impacto que essas medidas têm no orçamento. A Vereadora sublinhou que lhe foi entregue um conjunto de medidas, as mesmas que foram entregues aos funcionários – na generalidade.

Referiu que na verdade deveria haver algum engano por parte do Senhor Chefe de Gabinete é que a responsabilidade daqueles que são eleitos vai mais além!

Passando a explicar detalhadamente o pretendido: a análise que levou às medidas definidas e não outras, a discriminação das medidas e o impacto que cada uma terá em termos de redução de despesa

DELIBERAÇÕES: - *Foram tomadas as seguintes deliberações:*

APROVAÇÃO DA ACTA ANTERIOR.

- *Considerando que da Acta nº. 22, da reunião ordinária realizada em 4 de Outubro de 2011, foram distribuídas, com antecedência, fotocópias aos membros deste órgão, a Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Silvia Madeira, por não ter estado presente na mesma, aprovar a Acta.*

OBRAS MUNICIPAIS: - EMPREITADA "CONSTRUÇÃO DA ESCOLA DE SANTO ANTÓNIO" - DANOS EMERGENTES E LUCROS CESSANTES.

- A Sra. Vereador Jovita Ladeira referiu que o que está em causa é o pagamento de 33.198 euros à empresa que construiu a escola por a obra ter estado parada cerca de dois meses por culpa do Município. Prende-se com o facto do projecto lançado a concurso pelo Município omitir qualquer estudo relativamente ao solo de implantação da escola, as características do solo de fundações não eram compatíveis com as soluções das fundações definidas em projecto, verificando-se a necessidade do mesmo facto que obrigou a Empresa a parar os trabalhos. Conclui-se que um projecto deficientemente elaborado penalizou os cofres da Câmara em 33.198 euros. A Vereadora reafirmou da necessidade de haver mais cuidado com a elaboração dos projectos.

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereador Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o pagamento à empresa Ramos Catarino, S.A. dos valores referentes a danos emergentes - 27.665,73 €, e lucros cessantes 5.533,15 €, com fundamento no teor da Informação da Fiscalização, documentos que constituem parte integrante da presente acta.

ADJUDICAÇÃO DEFINITIVA DO PRÉDIO URBANO, DESCRITO NA CONSERVATÓRIA DO REGISTO PREDIAL SOB O N.º 5362/20100608, EM HASTA PÚBLICA.

A Sra. Vereador Jovita Ladeira referiu que se tratava da venda da Escola da Manta Rota e teceu as seguintes considerações:

“O PS sabe das dificuldades financeiras porque passa a Câmara de VRSA mas elas são na maioria o resultado de uma gestão financeira descontrolada do seu executivo denunciada em devido tempo pelo PS.

O PS opôs-se, desde a primeira hora, à venda e posterior demolição da Escola da Manta Rota. A razão da sua oposição prende-se pelo facto do que representa enquanto património de várias gerações e considera que o espaço deveria ser requalificado e revitalizado enquanto equipamento social de apoio a crianças, jovens e restante população da Manta Rota.

É importante referir que a Escola da Manta Rota foi totalmente requalificada há dois anos e que os seus 44 alunos foram transferidos no ano lectivo passado (20010/2011) para a Escola de Vila Nova de Cacela (sede de Freguesia) e sublinhar ainda que, então, o executivo PSD declarou que o destino da Escola seria para funcionar como um pólo da Universidade dos Tempos Livres.

O PS sublinha que não vale a pena o PSD esconder-se atrás do argumento de que está simplesmente a cumprir o PDM, este é um argumento torpe! Este argumento não passa de um expediente de última hora, uma desonestidade política, para justificar o injustificável, isto é a venda da Escola Primária da Manta Rota para fins imobiliários

A gestão do executivo PSD baseada em despesismo crescente e gastos descontrolados têm preço elevado com mais um exemplo que é a venda da Escola da Manta Rota para demolição e construção de imobiliário! “

A Vereadora conclui dizendo que o que está em causa é a venda da Escola da Manta Rota para demolição e construção de imobiliário e não os actos praticados pelo júri na tramitação do processo.

O Sr. Vice-Presidente referiu que as considerações de ordem política sobre este assunto já foram devidamente discutidas, tanto em sede do órgão Câmara Municipal como na Assembleia Municipal, pelo que nada tinha de novo a dizer. Mas que não podia deixar passar em branco as considerações distorcidas da Sra. Vereadora, considerando inaceitável a acusação de que a venda da Escola da Manta Rota é resultado de um suposto «despesismo crescente» e que se baseia numa desonestidade política. Nestes termos, valia a pena cingir-mos aos factos: a) Não foi este executivo que optou por considerar em PDM que a Escola da Manta Rota não deveria ficar numa classe de espaço de equipamento, mas sim numa classe de espaço urbanizável, numa opção clara sobre o futuro da área em apreço; b) não foi a Câmara Municipal que tomou a opção de desactivar a Escola da Manta Rota; c) não se identificam necessidades em equipamentos públicos na freguesia de Vila Nova de Cacela, havendo mesmo instalações destinadas a fins sociais, e como tal transferidas para a gestão de uma Associação local, que se encontram por utilizar; d) num cenário de grave crise económica e financeira como a que actualmente atravessamos, dificilmente se compreenderia um novo investimento público na reconversão do edifício da Escola e a criação de uma nova valência com acrescidos custos de manutenção e gestão (quando há espaços para o efeito disponíveis...), por oposição a uma oportunidade de revitalização da economia local, em conformidade e absoluta concordância com os princípios de ordenamento do território em vigor, nomeadamente consignados no Plano Director Municipal.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra da Sra. Vereador Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a adjudicação definitiva, ao adjudicatário provisório Rogério dos Reis Castanheira – Construções e Empreendimentos, Lda., da venda do referido prédio, conforme a acta da comissão de arrematação, pelo valor de € 873.500,00 (oitocentos e setenta e três mil e quinhentos euros), documentos que constituem parte integrante da presente acta.

PROTOCOLO ENTRE A CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO E A ASSOCIAÇÃO GUADI - PRESÉPIO 2011.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vice Presidente, José Carlos Barros, no sentido de ser autorizada a celebração do Protocolo entre o Município e a Associação Guadi – Centro de Animais, para construção, apresentação, manutenção e desmontagem do presépio no ano de 2011, nos termos e condições definidos na minuta, documentos que constituem parte integrante da presente acta.

ADENDA AO CONTRATO-PROGRAMA RELATIVO AO FINANCIAMENTO DO PROGRAMA DE GENERALIZAÇÃO DO FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES AOS ALUNOS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser aprovada a Adenda ao Contrato-programa relativo ao Programa de Generalização do Fornecimento de Refeições Escolares do 1º ciclo do Ensino Básico referente ao ano lectivo 2010/2011, documentos que constituem parte integrante da presente acta.

PEDIDO DE DIREITO DE PREFERENCIA DO IMOVEL SITO NA RUA COMBATENTES DA GRANDE GUERRA, Nº 2 R/C DTº EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - BAROMETRO-MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, LDA - SITE CASA PRONTA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido da Câmara Municipal não exercer o direito legal de preferência na transacção do imóvel, inscrito na matriz predial sob o artigo 2743, sito na Rua Combatentes da Grande Guerra, nº.2 r/c direito, em Vila Real de Santo António, com fundamento no teor da Informação da Equipa Multidisciplinar de Gestão Territorial e Urbanística, documentos que constituem parte integrante da respectiva acta.

PEDIDO DE EXERCÍCIO DO DIREITO LEGAL DE PREFERENCIA REFERENTE A IMÓVEL SITO NA RUA 25 DE ABRIL, Nº 19 EM VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO- DANIEL DUQUE MARQUES.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido da Câmara Municipal não exercer o direito legal de preferência na transacção do imóvel, inscrito na matriz predial sob o artigo 5593, sito na Rua 25 de Abril, nº 19, em Vila Real de Santo António, com fundamento no teor da Informação da Equipa Multidisciplinar de Gestão Territorial e Urbanística, documentos que constituem parte integrante da respectiva acta.

PRORROGAÇÃO DO CONTRATO – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL CELEBRADO SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO - ALTERAÇÃO DA FICHA DOS APOIOS A CONCEDER.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Maria da Conceição Cabrita, no sentido de ser autorizada a transferência das verbas no total de 13.676,90 € para a rubrica “Comparticipação em Actividades Organizadas pela Instituição” (Refeições dos Utentes da Casa do Avô de Monte Gordo), com a consequente aprovação da Ficha do Contrato-Programa de Desenvolvimento Social celebrado com a Santa Casa da Misericórdia (Prorrogação), com fundamento no teor da Informação Técnica, documentos que constituem parte integrante da respectiva acta.

COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA PARA INTERNAMENTO EM COMUNIDADES TERAPÊUTICAS DOS MUNICÍPES CUSTÓDIO ANDRADE REIS MARTINS E JOSÉ MARIA RICARDO F. DOMINGUES.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta da Sra. Vereadora Silvia Madeira, no sentido de ser autorizado a concessão de um subsídio à Comunidade Terapêutica do Azinheiro - GATO, no valor de 2.160,00 €, para fazer face aos 20% não comparticipados pelo Instituto da Droga e Toxicodependência para o tratamento e reinserção social do munícipe Custódio Andrade Reis Martins e atribuir um subsídio à Comunidade Terapêutica Ares do Pinhal, no valor de 2.160,00 €, para fazer face aos 20% não comparticipados pelo Instituto da Droga e Toxicodependência para o tratamento e reinserção social do munícipe José Maria Ricardo Fernandes Domingues, devendo os pagamentos dos subsídios serem efectuados por tranches mensais, após apresentação por parte do Apartamento de reinserção dos comprovativos dos tratamentos e respectivas facturas, com fundamento no teor da Informação da Divisão de Acção Social, documentos que constituem parte integrante da respectiva acta.

ATRIBUIÇÃO DE REFORÇO FINANCEIRO À ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA BAIXA DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – CENTRO DE ATENÇÕES.

- A Sra. Vereadora Jovita Ladeira solicitou que a proposta fosse retirada e agendada na próxima reunião, devendo a Associação apresentar um relatório de encargos, receitas e despesas do primeiro semestre no sentido de sustentar a proposta apresentada. Referiu ainda a Vereadora que este ano já tinha sido dado à Associação o subsídio anual no valor de 30.000 euros configurando o actual um subsídio suplementar pelo que deve ser enquadrado e justificado devidamente. A Vereadora diz que se trata de dinheiros públicos pelo que se deve saber onde e como foram gastos pelo que reiterou a necessidade de retirar a proposta e apresentá-la na próxima reunião de câmara com a informação respectiva.

O Sr. Vice Presidente referiu que mantinha a Proposta e que dos elementos relativos aos apoios financeiros, prestados nos termos legais, seria dada a devida conta à Sra. Vereadora.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser atribuído um reforço financeiro, no valor de 30.000€ (trinta mil euros), à Associação de Desenvolvimento da Baixa de Vila Real de Santo António – Centro de Atensões, de forma a esta conseguir sustentar as despesas correntes, até ao final do presente ano, documento que constitui parte integrante da respectiva acta.

A Sra. Vereadora Jovita Ladeira formulou a seguinte Declaração de Voto:

“Em razão da não ter tido eco a proposta apresentada pelo PS, só nos restou votar contra já que entendemos que em nome do rigor e da transparência nos gastos do dinheiro publico é exigível que se apresente claramente as contas que espelhem a gestão da associação e da necessidade de um reforço de verba para pagamentos em atraso à segurança social, vencimentos, subsidio de natal, rendas e indemnizações a funcionários por extinção de posto de trabalho.”

FIXAÇÃO DE PREÇO DE VENDA DO LIVRO “À DEFESA DA VILA REAL” DA AUTORIA DE ANTÓNIO PEREIRA DA COSTA.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vice Presidente, José Carlos Barros, no sentido de ser fixado o valor de 8,00 € como preço de capa da edição do Livro, documento que constitui parte integrante da respectiva acta.

PEDIDO DE INDEMNIZAÇÃO DE MARIA LUISA RAMOS VICENTE TENÓRIO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizado o pagamento da indemnização apresentado por Maria Luisa Ramos Vicente Tenório, no valor de 680 €, por se demonstrar haver responsabilidade civil da Câmara Municipal regulada pela Lei nº. 67/2007, de 31 de Dezembro, documento que constitui parte integrante da presente acta.

RELATÓRIO AMBIENTAL DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA DO PLANO DE GESTÃO DAS BACIAS HIDROGRÁFICAS QUE INTEGRAM A REGIÃO HIDROGRÁFICA DAS RIBEIRAS DO ALGARVE.

- A Câmara tomou conhecimento da Informação referente ao Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano de Gestão das Bacias Hidrográficas que integram a Região Hidrográfica das Ribeiras do Algarve, documento que constitui parte integrante da respectiva acta.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO.

Não se registaram intervenções.

ACTA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do n.º 3 do artigo 92º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de Setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar em minuta a acta da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Vice Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 10.00 horas.

E de tudo para constar se lavrou a presente acta que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu _____, Chefe de Divisão de Actividades Económicas, a redigi, subscrevo e assino.
